

JUCESP
27 12 19

CLÁUSULA QUINTA: O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), divididos em 10.000 (dez mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrita e integralizadas neste ato em moeda corrente do País e distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

Nome do Sócio	Quotas	Valor/R\$	Participações (%)
Eduardo Torres de Matos	5.000	5.000,00	50,00
Renata Enchioglo Torres de Matos	5.000	5.000,00	50,00
Total	10.000	10.000,00	100,00

Parágrafo único: Nos termos do artigo 1.052 do código Civil Brasileiro, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA: A administração da sociedade assim como o uso da denominação social será exercida exclusivamente pelo sócio Sr. **EDUARDO TORRES DE MATOS**, com poderes e atribuições de administrador, inclusive para representa-la ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, porém e tão só em negócios de exclusivo interesse social, sendo-lhe proibido usa-la para fins estranhos aos sociais, tais como: avais, cartas de fiança, endossos de favor e tudo mais que possa ou venha comprometer o patrimônio da sociedade.

CLÁUSULA SÉTIMA: Os sócios que tiverem funções ativas na sociedade terão direitos a uma retirada mensal a título de "pró-labore", observando as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA OITAVA: Todas as deliberações da sociedade, inclusive a orientação dos negócios, modificação do objeto social, sua extensão ou restrição, incorporação, fusão, cisão, dissolução ou transformação da sociedade em outro tipo, assim como sobre qualquer outro assunto, serão sempre tomadas por deliberações de ambos os sócios.

CLÁUSULA NONA: Os sócios que tiverem funções ativas na sociedade terão direitos a uma retirada mensal a título de "pró-labore", observando as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA: Ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas, conforme artigo 1.065, CC/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Em caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, cabendo aos herdeiros do sócio falecido os direitos previstos na legislação em vigor, e no caso de não haver interesse dos mesmos em continuar na sociedade, caberá ao sócio remanescente a preferência na aquisição dos haveres e direitos, os quais serão apurados pelo levantamento, na época do falecimento, de um balanço geral, e acordados entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: As quotas são indivisíveis, e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o consentimento unânime dos sócios, aos quais ficam assegurados, em iguais de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, o instrumento de alteração contratual pertinente.



Camé

